

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, com sede a Rua México, nº. 128 – sobre loja 1 – Sala 17 – Centro – Rio de Janeiro-RJ CEP: 20.031-142, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 73.652.075/0001-20, é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância aos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). Como se trata de uma entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução no 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução no 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 (R1)- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Apresentação dos ativos e passivos

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la.

Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam realizados ou pelo seu valor de custo, o menor entre os dois considerando as amortizações, variações monetárias e cambiais de acordo com as condições contratuais.

São classificados como ativo circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço ou que esteja mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

São classificados como passivo circulante quando estiver mantido essencialmente com finalidade de ser negociado ou deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.

2.4. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5. Ativos financeiros

Classificação

Os principais ativos financeiros da Entidade estão representados pelas aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários. Esses ativos financeiros são classificados sob a categoria "mensurados ao valor justo por meio do resultado". A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os fundos de investimento têm carteira gerenciada e seu desempenho avaliado em base de valor justo e, por isso, suas aplicações financeiras são designadas como pelo valor justo por meio do resultado, apresentando dessa forma como informação mais relevante.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação e classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. São baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; no segundo caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado das respectivas rubricas.

2.6. Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

| Descrição | Anos |
|-----------------------------|------|
| Edifícios | 25 |
| Móveis e utensílios | 10 |
| Instalações | 10 |
| Equipamentos de informática | 5 |
| Veículos | 5 |
| Máquinas e equipamentos | 10 |

Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado quando ocorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados com base na vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios. No entanto, quando não há razoável certeza de que a propriedade será obtida ao término do arrendamento, os ativos são depreciados pelo prazo do arrendamento ou da sua vida útil, qual for o menor.

2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

2.8. Convênios e programas

As obrigações decorrentes dos convênios e programas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

2.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

2.10. Patrimônio líquido

É representado pelas doações iniciais, acrescidas do superávit acumulado durante os períodos.

2.11. Apuração do superávit (Déficit)

A Entidade adota o regime de competência para o registro de suas despesas com base nas disposições contidas na Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2022.

2.12. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

| | 2022 | 2021 |
|------------------------|-------------------|------------------|
| Caixa | 400,36 | 376,00 |
| Bancos | 0,00 | 0,00 |
| Aplicações financeiras | 119.881,52 | 17.237,90 |
| | 120.281,88 | 17.613,90 |
| | | |
| | | |

4. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

| | 2022 | 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Contas a pagar – Prestadores de serviços | 11.063,38 | 32.213,98 |
| Outras contas a pagar | 0,00 | 0,00 |
| | 11.063,38 | 32.213,98 |

As contas a pagar a fornecedores e provisões são compostas principalmente pelos valores em aberto de serviços contratados pela entidade. A Entidade possui políticas de gestão de risco financeiro em vigor para garantir que todas as contas a pagar são liquidadas dentro dos prazos previamente acordados.

5. SALÁRIOS, OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Salários a Pagar | 0,00 | 0,00 |
| INSS a recolher | 13.517,00 | 13.501,88 |
| FGTS a recolher | 4.568,36 | 4.494,81 |
| IRRF FOPAG a recolher | 8.761,35 | 8.581,97 |
| IR Retido de Terceiro | 186,00 | 123,75 |
| PIS/COFINS/CSLL retidos | 679,83 | 383,63 |
| IRRF retido a recolher | 0,00 | 0,00 |
| ISS de Terceiros a recolher | 0,00 | 92,50 |
| COFINS a Recolher sob aplicação | 28,39 | 0,00 |
| PIS S/ Folha a recolher | 760,93 | 743,93 |
| Provisão de férias | 55.519,72 | 55.519,72 |
| | 84.075,58 | 83.442,19 |

Correspondem aos registros de valores relativos aos encargos sociais e impostos sobre a folha de pagamento e de serviços de terceiros, e que a entidade apenas repassa aos Órgãos Governamentais.

6. DESPESAS POR NATUREZA

Compreendem todas as despesas essenciais para a continuidade das atividades operacionais, bem como todos os gastos necessários na atividade fim da Entidade, conforme apresentados abaixo:

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Despesa com pessoal | 552.295,56 | 628.365,14 |
| Custos previdenciários | 118.744,61 | 124.088,14 |
| FGTS e PIS sobre folha | 45.447,72 | 42.365,74 |
| Benefícios | 0,00 | 0,00 |
| Serviços prestados pessoa jurídica | 1.048.657,44 | 919.804,14 |
| Serviços Prestados PF / Autônomos | 0 | 40.386,68 |
| Viagens e estadias | 52.272,62 | 18.744,94 |
| Utilidades e Serviços | 25.139,77 | 23.642,36 |
| Outras Despesas Gerais | 40.481,72 | 16.265,44 |
| Depreciações e amortizações | 6.765,20 | 3.014,33 |
| | 1.889.804,64 | 1.816.676,91 |

7. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Rendimentos de aplicações financeiras | 3.344,61 | 4.890,75 |
| Outras Receitas | 9,62 | 0,00 |
| | 3.354,23 | 4.890,75 |

Despesas Financeiras

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 138,35 | 0,00 |
| Despesas bancárias | 3.612,00 | 1.814,30 |
| | 3.750,35 | 1.814,30 |
| | -396,12 | 3.076,45 |

8. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais tiverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97, não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferido em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável e por não ser entidade beneficente de assistência social não possui isenção do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

9. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA DIRETORIA

O Conselho Diretor da Entidade Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Rio de Janeiro declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes. Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações contábeis correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Entidade avaliou os impactos da Pandemia Covid -19 sobre as suas demonstrações contábeis. Adicionalmente, a Entidade passou a avaliar também os riscos de suas atividades em função da Pandemia do Covid -19.

Foram tomadas medidas de prevenção a saúde de seus colaboradores, com a adoção do trabalho remoto para a grande maioria dos funcionários e o cancelamento de viagens regionais, nacionais e internacionais.

Rio de Janeiro-RJ, 31 de dezembro de 2022

Rodrigo Alves Torres Oliveira
Presidente

Maria da Conceição de Souza Rocha
Diretora financeira

Priscila Campos de Oliveira dos Santos
Contadora - CRC-RJ 111301/O-7